

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.343.895 - SC (2012/0192434-2)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : BRASIL TELECOM S/A  
ADVOGADO : CAIO CESAR VIEIRA ROCHA - PB015095A  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
AGRAVADO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES  
PROCURADOR : EUGÊNIO BATTESINI E OUTRO(S) - RS022785  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER. AUSÊNCIA DA INTIMAÇÃO DO DEVEDOR NA PESSOA DO ADVOGADO. A PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR NA PESSOA DO ADVOGADO CONSTITUI CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A COBRANÇA DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 410/STJ. DECISÃO RECONSIDERADA. RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA PROVIDO.*

1. Trata-se de Agravo Interno interposto por BRASIL TELECOM S.A. contra decisão monocrática de minha lavra, proferida com a seguinte ementa:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DOIS RECURSOS ESPECIAIS. APELO DA BRASIL TELECOM. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NÃO COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO PARA FINS DE APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 11.232/2005. REVISÃO DAS ASTREINTES. IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL DO MPF. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA À EXTENSÃO DO DANO. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA CONTRA O MINISTÉRIO PÚBLICO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. INTELIGÊNCIA DO ART. 18 DA LEI 7.347/1985. RECURSO ESPECIAL DA CONCESSIONÁRIA A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. RECURSO ESPECIAL DO MPF PARCIALMENTE PROVIDO.*

2. Inconformada, a recorrente aponta, primeiramente, a

necessidade de observância da Súmula 410/STJ, reconhecendo a incidência das *astreintes* somente a partir da intimação pessoal da parte que descumpriu a ordem judicial, notadamente para fato decorrente de obrigação imposta anteriormente à Lei 11.232/2005.

3. Sustenta, ainda, a possibilidade de revisão e eventual redução da multa já fixada e já vencida, a qualquer tempo, quando considerada exorbitante.

4. É o relatório.

5. Assiste razão à recorrente.

6. Com efeito, predomina nesta Corte Superior o entendimento de que somente tem cabimento a multa cominada no cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer depois de a parte, intimada por intermédio de seu advogado, não cumprir espontaneamente a condenação. Ressalte-se que a intimação do conteúdo da sentença, em nome do advogado, para o cumprimento da obrigação de pagar, realizada na forma do art. 475-J do CPC/1973, não é suficiente para o início da fluência da multa cominatória. Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA DIÁRIA. INTIMAÇÃO PESSOAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 410-STJ. EXCLUSÃO DA PENA.*

1. *A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Entendimento compendiado na Súmula 410, editada em 25.11.2009, o qual continuou válido após a entrada em vigor da Lei 11.232/2005. Esclarecimento do decidido pela 2a. Seção no EAg 857.758-RS.*

(...).

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 1.068.022/RS, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 18.12.2017).*

2 2 2

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ASTREINTES. REVISÃO DO VALOR. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A COISA JULGADA. INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE. SÚMULA 410/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.*

1. *A jurisprudência desta Corte orienta que o legislador concedeu ao juiz a prerrogativa de impor multa diária ao réu com vista a assegurar o adimplemento da obrigação de fazer (art. 461, caput, do CPC), bem como permitiu que o magistrado afaste ou altere, de ofício ou a requerimento da parte, o seu valor quando se tornar insuficiente ou excessiva, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não se observando a preclusão ou a coisa julgada, de modo a preservar a essência do instituto e a própria lógica da efetividade processual (art. 461, § 6o., do CPC) (AgRg no AREsp. 195.303/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 12.6.2013).*

2. *A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.349.790/RJ, da Relatoria da Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, confirmou o entendimento da Súmula 410 desta Corte, consignado que a intimação do conteúdo da sentença, em nome do advogado, para o cumprimento da obrigação de pagar, realizada na forma do art. 475-J do CPC, não é suficiente para o início da fluência da multa cominatória voltada ao cumprimento da obrigação de fazer.*

3. *O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar o decidido, que se mantém por seus próprios fundamentos.*

4. *Agravo Regimental improvido (AgRg nos EDcl no REsp. 1.459.296/SP, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe 1.9.2014).*

2 2 2

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA DIÁRIA. INTIMAÇÃO PESSOAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 410-STJ. EXCLUSÃO DA PENA. PROVIMENTO.*

1. *A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Entendimento compendiado na Súmula 410, editada em 25.11.2009, anos após a entrada em vigor da Lei 11.232/2005, o qual continua válido em face do ordenamento jurídico em vigor. Esclarecimento do decidido pela Segunda Seção no EAg 857.758/RS.*

*(...).*

3. *Recurso especial provido (REsp. 1.349.790/RJ, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 27.2.2014).*

7. Nesse panorama, é indubitoso que a prévia intimação do devedor, na pessoa do seu advogado, constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, *em respeito ao devido processo legal e ao contraditório, princípios caros sob a perspectiva do garantismo no âmbito do processo civil.*

8. Incide o Enunciado Sumular 410 do STJ, segundo o qual *a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.*

9. Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 962/970, para dar provimento ao Recurso da Empresa, afastando a cominação da multa diária.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 03 de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR